

# PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO E DINÂMICA REGIONAL DA AGROPECUÁRIA NA CAMPANHA GAÚCHA (BRASIL)

Marcelo Cervo Chelotti  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)  
Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA)  
chelotti@ig.ufu.br

**Resumo:** A formação territorial do Rio Grande do Sul pode, genericamente, ser compreendida a partir da materialização no território de dois tipos de padrão espacial. De um lado, ao sul a formação das estâncias, e de outro, na metade norte das colônias. No entanto, a partir da modernização do território na década de 1950, evidencia-se um acirramento das disparidades regionais, intensificadas pela inserção desigual desse território ao sistema capitalista. A Campanha Gaúcha enraizada numa tradição agropastoril teve dificuldades de inserção na economia nacional, permanecendo enquanto região de crescimento lento. No âmbito produtivo, especializou-se em alguns produtos agropecuários, dentre eles, o arroz irrigado e a pecuária de corte, caracterizados pelo alto grau de tecnologia empregado em seu sistema produtivo. Embora não represente o centro dinâmico da economia gaúcha, a região encontra-se inserida nas teias da modernidade enquanto região produtora alimentos.

**Palavras-chave:** formação territorial, dinâmica regional, espaço agropecuário, Campanha Gaúcha.

## UNEVEN PRODUCTION OF SPACE AND REGIONAL DYNAMICS OF FARMING AND CATTLE RAISING IN CAMPANHA GAÚCHA (BRAZIL)

**Abstract:** The territorial formation of Rio Grande do Sul can generally be understood from the materialization in the territory of two types of spatial pattern. On one side, to the south, the formation of cattle farms, and on the other, in the northern half of the colonies. However, since the modernization of the territory in the 1950s, there is an emphasis in the intensification of regional disparities, intensified by uneven insertion of that territory into the capitalist system. Campanha Gaúcha, rooted in an agriculture and cattle raising tradition had difficulties entering the national economy, remaining as a region of slow growth. In the production field, it specialized in some agricultural products, among them rice and beef cattle, characterized by high degree of technology used in its production system. Although it does not represent the dynamic center of the state economy, the region is inserted in the web of modernity as a food producing region.

**Keywords:** territorial formation, regional dynamics, space, agriculture, Campanha Gaúcha.

### Introdução

O "progresso" técnico verificado no espaço agropecuário gaúcho após a segunda metade do século XX, essencialmente a partir da década dos anos sessenta e mais

intensamente na década de setenta, foi induzido principalmente pela política de crédito subsidiado. A partir desse processo acentuaram-se as disparidades regionais. As grandes disparidades intra-regionais existentes atualmente no Rio Grande do Sul, no que se refere a estrutura e dinâmica da agropecuária, esta intimamente relacionado com o processo desigual da modernização da agricultura.

As transformações que ocorreram no campo brasileiro nesse período promoveram uma grande concentração das terras, levando à expropriação de grande parte dos produtores familiares. Dessa maneira, a terra tornou-se ainda mais concentrada nas áreas de pecuária, enquanto que, nas áreas de colonização, predominantemente agrícolas, começava a concentrar-se, ocorrendo assim, a formação e consolidação das empresas rurais produtoras de soja e trigo (BRUM, 1988).

A partir da década de 1960, ciclo de grande expansão da atividade econômica que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, marca o início da intensificação da modernização do espaço agrário no país, em especial no Rio Grande do Sul. Ressalta-se que a intensificação do processo de modernização esteve altamente associada com a política de crédito rural até o final da década dos anos 1970, principalmente pelo baixo custo dos recursos, devido a política de subsídios.

Na década de 1970 há um incremento muito pequeno ou mesmo negativo dos produtos tecnologicamente tradicionais destinados ao mercado interno, notadamente os alimentos básicos, como feijão, mandioca e milho. Por outro lado, as culturas modernas, voltadas para a exportação como a soja, e as vinculadas á agroindústria fumageira, e o arroz irrigado apresentaram destinado ao mercado interno apresentaram um crescimento anual substancial. A expansão da cultura da soja esteve centrada na política comercial, principalmente os estímulos dos preços internacionais dela e seus produtos. O arroz, por sua vez, teve sua expansão associada à irrigação, principalmente nas regiões do Vale do Taquari e Campanha. (SOUZA FILHO, 1994).

Em relação às áreas com predominância de grandes propriedades rurais na Campanha o processo de modernização não foi capaz de alterar a estrutura fundiária; pelo contrário, ela concentrou ainda mais. A grande transformação introduzida pelo processo de modernização nessas áreas foi o desenvolvimento da lavoura capitalista do arroz irrigado, que começou a ser desenvolvida em parceria com a pecuária extensiva.

Desta maneira, para a expansão da lavoura empresarial na região foram assimiladas terras vinculadas à pecuária tradicional.

As transformações que ocorreram no espaço agrário do Rio Grande do Sul após a década de cinquenta foram responsáveis pelas significativas mudanças intra-regionais. Sendo assim, o processo de modernização da agricultura foi extremamente seletivo e desagregador, longe de ser considerado homogêneo, pelo contrário, apresenta-se extremamente heterogêneo e complexo. Portanto, o discurso generalizante de um território totalmente moderno, caiu por terra, na medida em que se intensificaram as disparidades regionais.

Assim, a Campanha enfrentou no início da década de 1990 uma considerável crise socioeconômica em sua cadeia produtiva alicerçada na pecuária de corte e na lavoura empresarial do arroz irrigado, reflexo da abertura econômica da economia brasileira que provocou significativas transformações em determinadas economias regionais. Assim, foram lançadas políticas públicas por parte do Governo Estadual visando a reestruturação socioeconômica da região.

Pode-se afirmar que, de maneira geral, verifica-se no Rio Grande do Sul uma nítida distinção em termos socioeconômicos entre Metade Norte e Metade Sul (Campanha), configurando-se numa organização socioespacial dicotômica e que se acirrou ainda mais na década de 1990, em decorrência do acelerado processo de globalização da economia, em particular do processo de consolidação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul).

O acirramento das disparidades regionais no estado intensificaram-se na medida em que o capitalismo desenvolveu-se de maneira desigual pelo território gaúcho. Conforme Heidrich (2000), o esgotamento da dinâmica de crescimento baseada na economia fundada na pecuária, assim como os limites alcançados de expansão da lavoura colonial, fazem despontar a lavoura moderna e a indústria como formas do desenvolvimento econômico. Dessa maneira, a expressão territorial desses interesses resultou na territorialização da indústria no nordeste, da agricultura moderna no norte e da economia da estância pastoril ao sul (Campanha).

Conforme Heidrich (2000), passaram a existir três núcleos distintos de interesse econômico no Rio Grande do Sul: um deles consiste no interesse de preservação e

desenvolvimento do espaço econômico da estância pastoril na Campanha Gaúcha; um segundo gravita em torno do espaço econômico relacionado com a agricultura, de grãos com o centro do sistema, e de seu aparato industrial e de comercialização, ou seja, na região do planalto gaúcho; e um terceiro aglutina os interesses centrados no desenvolvimento de uma indústria dinâmica de característica diversificada, localizado no nordeste gaúcha em torno da área metropolitana de Porto Alegre.

As disparidades regionais no Rio Grande do Sul ganharam grande destaque na esfera política na década de 1990 com a proposta de “Reestruturação Econômica para a Metade Sul”. No entanto, isso não significa que em períodos anteriores não ocorressem programas voltados para essa área referentes a essa temática, mas foi na década de 1990 que foi realizada a institucionalização e reconhecimento dessa questão regional no âmbito governamental.

A discussão intensificada na década de 1990 ocorreu em pleno processo de constituição do Mercosul, no qual a economia gaúcha passaria por uma reestruturação, na medida em que as políticas de formação do bloco começaram a ser formalizadas. Com isso, um dos argumentos mais utilizados na escala regional, correspondia às semelhanças na matriz produtiva entre os países do Bloco e o Rio Grande do Sul, principalmente ao que tange o setor agropecuário (arroz irrigado, soja, milho, pecuária leiteira e de corte e produção de lã ovina).

As demandas regionais, ou seja, o reconhecimento da Campanha enquanto região periférica na economia gaúcha começavam em partes a serem atendidas, ocorrendo uma significativa divulgação, principalmente entre os meios de comunicação e políticos dessa região, alertando para as grandes disparidades econômicas, que acabaram gerando num processo recente da economia gaúcha a dicotomia Norte (rico e urbano-industrial) e, entre o Sul (pobre e alicerçado na atividade agropastoril).

O reconhecimento da existência das disparidades socioeconômicas representou para os políticos e empresários da Campanha, uma tentativa de recuperação e reestruturação econômica. No entanto, para as demais regiões do estado, Norte e Nordeste, esse reconhecimento apresentava uma depreciação na imagem do Rio Grande do Sul ao cenário econômico e de investimentos, na medida em que a existência de uma “região deprimida” economicamente, num estado supostamente desenvolvido em

relação ao restante do país, refletia diretamente nos interesses econômicos da agricultura moderna do Norte e do setor urbano-industrial do Nordeste gaúcho.

Essa é a atual conjuntura política e econômica que se presencia na Metade Sul do estado, região que até o final do século XVIII possuía o maior dinamismo econômico e político, em virtude de sua importância no contexto estadual, sendo que o poder político e econômico gaúcho concentrava-se em Pelotas, principal cidade da Metade Sul, e não em Porto Alegre, que era a capital do estado.

Os novos rumos na economia capitalista, principalmente no período da ditadura militar reverteram o padrão de produção regional, potencializando os segmentos urbano-industriais emergentes no nordeste gaúcho. Assim, o norte tipicamente minifundiário e de colonização ítalo-germânica passou a ser mais atrativo para a aplicação de capitais, do que o sul, latifundiário pastoril, de colonização luso-brasileira.

No entanto, os dois principais pilares da economia regional, ou seja, o arroz irrigado (lavoura orizícola) e a pecuária de corte vêm enfrentando desde meados da década de 1990 sucessivas crises em suas cadeias produtivas, associado a fatores como a concorrência do Mercosul, o deslocamento da fronteira agrícola para outras regiões como o centro-oeste brasileiro, e países (Uruguai e Argentina), incentivos fiscais em outros estados, como Mato Grosso, Goiás, que acabaram influenciando na redução de investimentos na Metade Sul.

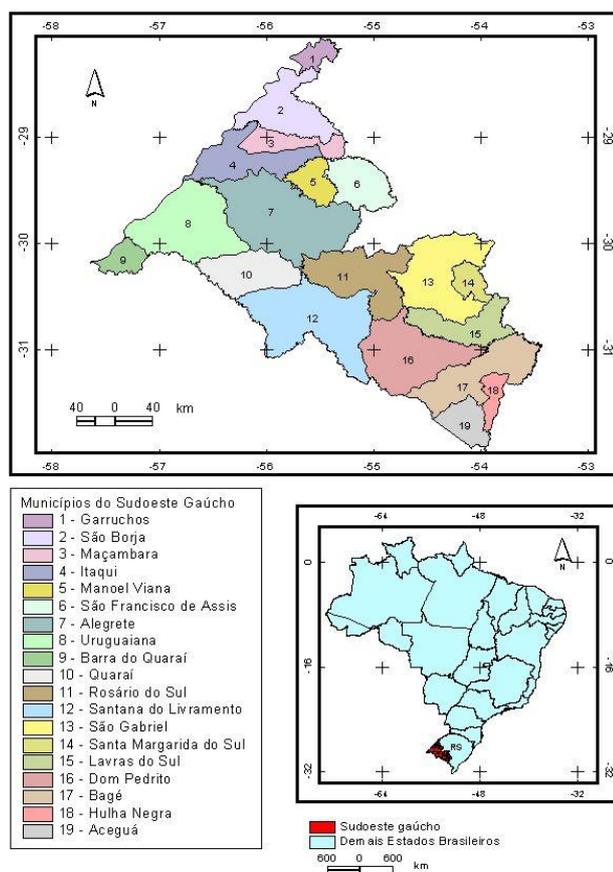
No entanto, a complexidade na elaboração de políticas públicas eficazes para a reestruturação econômica dessa região esbarra no enfrentamento de uma estrutura produtiva tradicional, com uma forte resistência por parte das elites locais, na adesão de novas alternativas produtivas. Além desses fatores deve-se destacar o processo histórico de formação socioespacial, alicerçado no latifúndio pastoril, baixa densidade demográfica e na estrutura fundiária extremamente concentrada.

Nos últimas décadas, o comportamento econômico da Metade Sul, não acompanhou o desempenho geral das regiões Norte e Nordeste do estado. A única atividade que não apresenta tendência relativa declinante é a cadeia produtiva do arroz irrigado, em função da introdução de modernas tecnologias, embora tenha sofrido concorrência das lavouras do Mercosul. Aliás, a lavoura do arroz irrigado, sempre se caracterizou pela inovação em todos os aspectos. A sua forma capitalista e moderna de

gerenciar e produzir, sempre representou uma ousadia, pois se inseriu em uma região dominada pelo conservadorismo da classe latifundiária pastoril.

Pode-se dizer que, em linhas gerais, a efetivação do Plano de Reestruturação Econômica da Metade Sul, não foi capaz de efetivar estratégias que realmente pudessem reverter de alguma maneira o declínio econômico dessa região. Alguns esforços foram feitos, como a captação de recursos junto aos governos estadual e federal, mas o direcionamento dos investimentos, principalmente captados por meio de incentivos fiscais continuou concentrando-se em grandes corporações.

Nesse sentido, a Campanha (Mapa 1) caracteriza-se como uma região periférica de crescimento lento no contexto da economia gaúcha, e que na década de 1990 foi institucionalizada como área prioritária para a instalação de assentamentos rurais, dentro de uma nova proposta de desenvolvimento regional visando à realização da reforma agrária.



Mapa 1 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense/Campanha Gaúcha: posição geográfica em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil. Org.: CHELOTTI.M. C.2006.

No entanto, nos últimos anos, em função da troca de governos, tem-se incentivado o desenvolvimento da fruticultura e o florestamento, enquanto políticas de desenvolvimento regional, mas que não serão abordadas nesse artigo, por não fazerem parte dos nossos objetivos.

### **Rio Grande do Sul: formação territorial**

A ocupação da porção subtropical da América pelos portugueses se deu a partir do início do século XVI, ou seja, tardiamente em relação às regiões litorâneas do Brasil colonial. Toda esta vasta região do Brasil meridional permaneceu inexplorada por mais de um século, enquanto que no restante da América portuguesa já se desenvolviam atividades açucareiras.

A exploração colonial procurava riquezas minerais, ou instalava formas de produção agrícola conforme os interesses do capitalismo nascente na Europa, como o caso do açúcar. Como no Brasil meridional não existiam as características exigidas, sua integração deu-se de forma tardia ao sistema colonial português. Outro fator que explica sua tardia incorporação aos interesses portugueses foi o tratado de Tordesilhas em 1494, quando os territórios sulinos couberam à Espanha.

Este território, portanto, ao longo das décadas seria disputado entre Espanha e Portugal. Assim, a oeste, surgiram, nos anos de 1620, as reduções jesuíticas sob influência da coroa espanhola. Somente nos anos de 1700 é que o governo português começou ocupar a faixa litorânea a oeste, doando sesmarias e incentivando a colonização com açorianos. Dessa forma, evidenciam-se duas frentes bem distintas de ocupação territorial; a oeste pelos jesuítas com caráter religioso e a leste pelos açorianos visando expandir o domínio português na região.

Os jesuítas, ao catequizarem os índios, organizaram meios de produção, como o desenvolvimento da agricultura e da criação de gado introduzidos através do estuário do Prata via Argentina. Estavam lançados, os pilares da organização socioespacial, que, mais tarde, despertariam interesses da coroa portuguesa no território sulino.

Os bandeirantes paulistas procurando uma alternativa à mão-de-obra escrava seguidamente atacavam as missões na busca de índios. Isso fez com que os padres jesuítas migrassem para a outra margem do rio Uruguai, levando consigo os índios, mas deixando o gado que criavam nas reduções. Estes rebanhos abandonados reproduziram-

se à solta, formando uma imensa reserva de gado, denominada de “Vacaria del Mar”. (PESAVENTO, 1990).

Em 1680, a coroa portuguesa fundou a Colônia de Sacramento no estuário do Prata, atual Uruguai, um ponto estratégico- militar para enfraquecer o domínio espanhol na região. A partir daí, tomaram conhecimento da existência de imensas reservas de gado e, passaram a extrair seu couro para exportar para Europa.

Aos poucos, os jesuítas voltaram ao Rio Grande do Sul, fundando os Sete Povos das Missões, dedicando-se a criação de gado nas estâncias e, ao cultivo da erva-mate. Com a finalidade de salvar o gado dos saques dos espanhóis vindos do sul, resolveram transferi-los para uma zona de campos cercada de matas, localizada à nordeste, que se tornou conhecida como “Vacaria dos Pinhais” ou “Campos de Vacaria”.

As reduções jesuíticas eram independentes em relação aos interesses portugueses e espanhóis, tornando-se uma ameaça a seus interesses.

*Zona economicamente rica e constituindo ameaça política à segurança das monarquias ibéricas, a região dos Sete Povos foi colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madri, acertado entre Portugal e Espanha em 1750. Posteriormente, com a generalização do ambiente hostil à Companhia de Jesus, uma vez que ameaçava o absolutismo monárquico dos Estados europeus, os jesuítas acabaram sendo expulsos de Portugal (1579), Espanha (1767) para a América (1768), efetivando-se o confisco de suas propriedades. (PESAVENTO, 1990, p.12-13).*

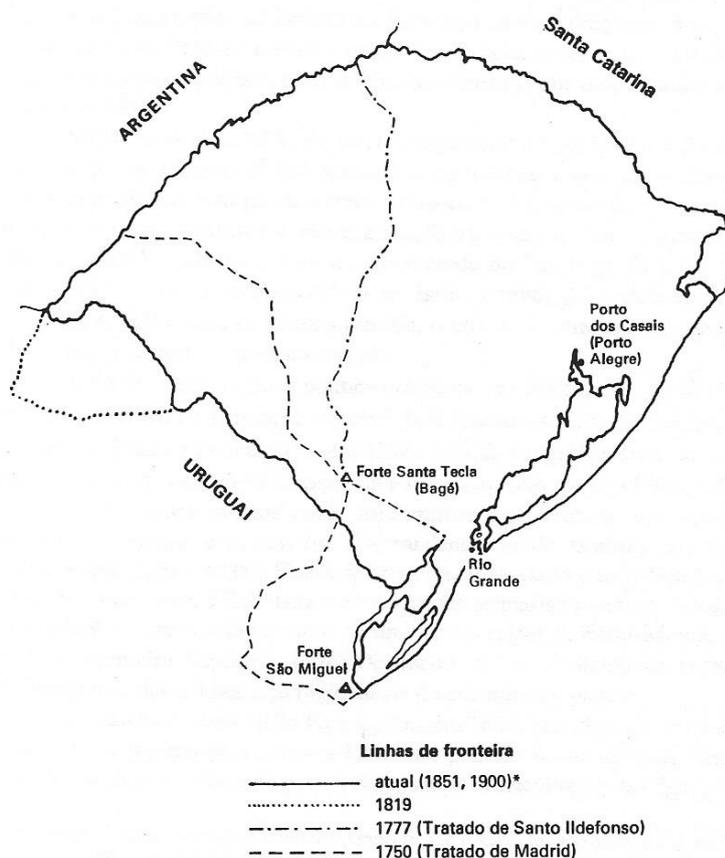
A expulsão dos padres jesuítas causou um movimento de resistência missioneiro-guarani contra a intervenção ibérica na região, resultando na guerra guaranítica, e seu líder mais expoente foi Sepé Tiaraju. Essa batalha ocasionou a dizimação de milhares de índios guaranis e posterior espalhamento desses indivíduos pelo território rio-grandense.

Nesse período, a sociedade luso-brasileira restringia-se somente à faixa litorânea. A fundação de um forte em 1737, na atual cidade do Rio Grande, representou um marco na penetração portuguesa para o interior onde se encontrava o gado deixado pelos guaranis em suas antigas estâncias.

A organização inicial do espaço produtivo deu-se a partir da exploração da courama, pois o gado era caçado para retirada do couro, representando o primeiro grande ciclo econômico do Rio Grande do Sul.

A courama, como atividade econômica principal, dominou até o fim do século XVIII, quando a pecuária começa a se firmar como prática pastoril criatória. O couro não perde contudo sua importância no comércio rio-grandense, mas o mercado é enriquecido pela carne salgada. O estabelecimento estancieiro adquire novas feições produtivas com o charque e o tratamento dos couros. (VIEIRA; RANGEL, 1993, p. 22).

Um acontecimento importante para a configuração das fronteiras do Rio Grande do Sul foi o Tratado de Madri em 1750, quando Portugal trocou a Colônia do Sacramento



Mapa 2 – Rio Grande do Sul: definição das fronteiras políticas.  
Fonte: Haesbaert, (1988).

Após o Tratado de Madri, foram doadas sesmarias a tropeiros e militares. Os tropeiros eram responsáveis pelo transporte do gado até Sorocaba, interior paulista, onde ocorriam as feiras, que abasteciam as regiões mineradoras. Com isso, existiu uma forte associação entre a expansão do ciclo da mineração, e a necessidade de ampliação

do abastecimento de carne e animais de carga, o que despertou interesse dos paulistas no gado existente principalmente na “Vacaria del Mar”.

A partir de 1742, na faixa costeira ocorreu a tentativa de colonização em pequenas propriedades rurais com casais açorianos, na tentativa de desenvolver a agricultura, principalmente do trigo. Mas ao passar do tempo, também passaram a se dedicar a atividade pecuarista, em função do desenvolvimento das charqueadas, muito mais lucrativas.

A agricultura açoriana não conseguiu grande desenvolvimento. Ficou constricta na estrutura sócio-econômica dominante. O poder que se irradiava da estância firmava as bases do amplo ciclo da pecuária, em dimensão espaço-temporal evolutiva. Mesmo assim os açorianos estabeleceram uma segunda linha evolutiva, além dos limites da auto-sustentação e da subsistência regionalizada. Começa a nascer o binômio agricultura-pecuária que identificaria para o futuro a formação sócio-econômica do Rio Grande do Sul. O processo histórico-social estava ganhando o seu segundo circuito de produção. (VIEIRA; RANGEL, 1993, p. 53).

No entanto, as fronteiras ainda não se encontravam delimitadas, enfrentando grande mobilidade. Em 1777, o Tratado de Santo Idelfonso estabeleceu que tanto a Colônia de Sacramento, quanto a de Sete Povos passariam para domínio espanhol, criando os campos neutrais. Mas, isso não significou a paralisação das atividades pastoris, somente freou o domínio português no interior do Rio Grande do Sul.

Em 1807, o Rio Grande foi promovido a “Capitania Geral”, independente do Rio de Janeiro e subordinada diretamente ao Vice-Rei do Brasil. Todo este processo de apropriação militar da terra, como se viu, foi acompanhado da expansão econômica da pecuária sulina, oportunizando o enriquecimento de sua camada senhorial. O fortalecimento dos pecuaristas, contudo, tendeu a se expressar também no plano político-administrativo. (PESAVENTO, 1990, p. 24).

O desenvolvimento do charque rio-grandense impulsionou a riqueza em municípios como Pelotas (localização das charqueadas) e Rio Grande (porto marítimo de escoação), articulando-se uma sociedade latifundiária pecuarista, emergente na política e na economia regional via pujança das charqueadas. O fortalecimento da economia do charque foi favorecido por alguns fatores fundamentais como:

1) a condição espacial adequada ao rápido crescimento dos rebanhos nos campos do litoral e da campanha do sudoeste deu dimensão econômica às estâncias. A delimitação da propriedade rural e os cuidados com a seletividade dos rebanhos qualificaram a matéria-prima dos campos rio-grandenses. [...] 2) o fator mercado foi importante no desenvolvimento dos saladeiros. O charque era produto destinado principalmente às classes sociais de baixa renda. Até fins do século XIX alimentava os exércitos de escravos nas colônias espanholas e portuguesas [...] 3) o prestígio da classe dos charqueadores, elevada à condição de nobreza inicialmente e, mais tarde, detentora do poder político diretamente ou através de prepostos liberais de não rara qualificação intelectual. [...] 4) o escravismo, sistema que liberou a energia de trabalho nas charqueadas, é indissociável do processo produtivo de salga da carne. O regime escravista nos estabelecimentos saladeiros foi de extrema dureza, contrapondo com o comportamento do senhor-de-escravos nas estâncias. (VIEIRA; RANGEL, p. 30-31).

Embora pouco abordada na historiografia oficial, a escravidão negra foi utilizada na atividade pastoril das grandes estâncias sulinas, mas fundamental foi sua utilização nas nascentes charqueadas gaúchas. Para Pesavento (1990), o charque proporcionando riquezas, foi capaz de introduzir, em grande escala, o escravo no Rio Grande do Sul.

Zarth (2002) identificou um alto índice de concentração de escravos no Rio Grande do Sul, em 1874, quando a província possuía 21,3% de cativos, índice apenas inferior, em termos proporcionais, ao das províncias do Rio de Janeiro e Espírito Santo. O autor ainda destacou a exportação de escravos do Rio Grande do Sul para a cafeicultura brasileira.

Essas novas interpretações sobre a importância do negro na formação socioeconômica do Rio Grande do Sul confirmam uma questão empírica latente na Campanha Gaúcha, onde se verifica que boa parte dos indivíduos residentes nas periferias desses municípios é descendente de escravos africanos, mas com certo grau de miscigenação, tanto com castelhanos, lusitanos e índios guaranis.

O desenvolvimento das charqueadas intensificou a concessão de sesmarias no sudoeste gaúcho, expandindo as estâncias pastoris e a ocupação da Campanha. Com isso, o Rio Grande do Sul consolidava-se como uma grande área pecuarista, exportando charque para as demais províncias e consolidando o papel dos estancieiros como forte oligarquia regional.

Um acontecimento importante foi a Guerra Farroupilha (1835-1845), um movimento liberal, republicano e separatista que envolveu as elites pastoris, em

enfrentamento ao governo central, dada a posição periférica e subsidiária da economia sulina, que era orientada a produzir charque e sofria a concorrência platina. Pesavento (1990) destaca que os gaúchos conseguiram, em função da revolução, a elevação de 25% da taxa alfandegária sobre o charque importado e o direito dos estancieiros escolherem o presidente da província.

Assim, em meados do século XIX, todas as áreas dos campos rio-grandenses encontravam-se ocupadas, inclusive a antiga zona missioneira, havendo a necessidade de um melhor aproveitamento do território com o preenchimento dos vazios demográficos. O Governo Imperial, logo após a independência, necessitava consolidar a posse sobre o território. Por isso, incentivou a colonização das terras devolutas de mata, ou seja, não ocupadas pelo latifúndio pastoril. A colonização não portuguesa, inicialmente se deu pelos alemães (1824) em áreas próximas aos vales dos rios e, posteriormente pelos italianos (1875) na serra e escarpas do planalto.

A colonização dirigida promovida pelo Governo Imperial possibilitou uma nova dinâmica territorial no Rio Grande do Sul. Com a colonização européia não portuguesa, completou-se a ocupação do Rio Grande do Sul, que se caracterizou pela presença de luso-brasileiros nas áreas de campo, dedicados à pecuária; e os alemães e italianos, nas zonas de matas, com a implantação da agricultura típica de policultura e em pequenas propriedades.

A primeira tentativa de ocupação das áreas de matas, realizada durante o Governo Imperial foi à criação da colônia de São Leopoldo nas proximidades do município de Porto Alegre. Até o ano de 1849, o Governo Imperial não projetou novas áreas de colonização. No entanto, os grandes proprietários de terras, encontraram um negócio lucrativo para suas sesmarias de mata. A venda de pequenas parcelas de terras (lotes) a filhos de colonos que necessitavam de terra, tornou-se uma atividade lucrativa. Com isso, expandiu-se a colônia de São Leopoldo, surgindo outras colônias (SALVIA; HANDSCHUNCH, 1974).

Em 1849, o Império concedia às províncias terras devolutas, com o objetivo de colonizar. Nesse momento, fundaram-se as colônias alemãs de Santo Ângelo, Santa Cruz e Nova Petrópolis. Também ocorreu, nessa mesma época, uma aceleração na colonização particular nas áreas próximas às colônias organizadas pelo governo. Assim, as áreas já colonizadas, mas que apresentavam vazios demográficos foram preenchidas

por particulares, que fundaram núcleos de colonização, que se estendiam desde o município de Torres até as proximidades de Santa Maria, na região central.

Outro momento importante na colonização do Rio Grande do Sul foi o período pós 1874 quando o Governo Imperial procurou acelerar a expansão da pequena propriedade com base no trabalho livre, organizando uma série de colônias a serem povoadas por italianos. Com essa atitude do Governo Imperial, aos poucos, o território gaúcho fragmentava-se. Inicialmente foram colonizadas as áreas de matas localizadas próximas aos grandes vales, onde se localizaram grande parte das colônias alemãs. Posteriormente, em 1874, as escarpas do planalto, áreas mais hostis começaram a ser colonizadas por italianos. Originaram-se dessa época, as colônias de Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu, e Silveira Martins.

A chegada dos colonos alemães constituiu uma cunha transformadora nos hábitos e nas técnicas agrícolas praticadas pela civilização luso-brasileira. Mesmo levando em conta as práticas iniciais açoritas de estabelecimento de chácaras policultoras, nada se assemelhava à colonização teuto-italiana em terras rio-grandenses. Os espaços ocupados pela imigração açoriana não exigiam a dura luta pela conquista de terras à floresta nativa. [...] Os colonos alemães e italianos seguiram os pressupostos da atividade agrícola da Europa, baseada na pequena propriedade, em difíceis condições de sobrevivência. (VIEIRA; RANGEL, 1993, p. 74).

Estavam lançados os pilares da propriedade camponesa nas áreas florestais do Rio Grande do Sul. Até finais do século XIX, somente o nordeste do Rio Grande do Sul encontrava-se colonizado por alemães e italianos. As outras áreas de mata do norte e noroeste, principalmente no vale do Rio Uruguai, ainda não haviam passado pelo processo de expansão da colonização.

Com o advento da Constituição Republicana, as terras devolutas passaram ao domínio dos Estados e a estes caberia, então, a tarefa de colonização diretamente ou por concessões a particulares. No Rio Grande do Sul, a ação colonizadora caberia ao Estado em grandes áreas e a particulares, em áreas muito reduzidas. Com isso, surgiram as novas colônias, fruto de uma expansão dos descendentes dos colonos das antigas áreas coloniais, que se encontravam com grande contingente populacional. O Alto Uruguai tornou-se uma área de atração populacional. (SALVIA; HANDSCHUNCH, 1974).

A colonização alicerçada na propriedade camponesa possibilitou uma nova organização no território gaúcho, até então, sob domínio hegemônico do latifúndio

pastoril das áreas de campo. Na medida em que as colônias foram implantadas, estradas eram construídas, povoados surgiam, possibilitando uma nova dinâmica nesses espaços. Enquanto isso, nas áreas de ocupação mais antiga (luso-brasileiros) não ocorria uma dinamização tão intensa no espaço como nas áreas coloniais.

A diferenciação socioespacial entre as áreas de estâncias e as áreas coloniais ocorreu em função dos seus distintos sistemas de exploração da terra. Enquanto na estância a criação de gado extensivo era a atividade econômica predominante; nas colônias, cultivavam-se lavouras. Outro fator importante que deve ser destacado é que a vida em comunidade era muito mais dinâmica nas colônias devido à concentração de população, o que não ocorria nas áreas de estância, devido às grandes dimensões das propriedades e à diferença nas relações de trabalho

Os núcleos coloniais, uma vez criados, iam crescendo, se expandindo, tomando corpo administrativo e dando origens a municípios. A área territorial das antigas colônias ia se transformando em municípios com uma subdivisão administrativa muito grande, com a criação de distritos, que eram as antigas pequenas colônias. Estes municípios, por sua vez, iam se desmembrando e dando origem a um grande número de novos municípios com pequena área territorial (SALVIA; MARODIN, 1976).

Os municípios das áreas de campo surgiram no início e meados do século XIX, em função do povoamento mais antigo. Nessa área, a criação de municípios foi realizada de modo muito lento e, com o decorrer do tempo, tendeu a se estabilizar, existindo municípios que desde seu surgimento, nunca sofreram fragmentação territorial. Nesse caso, enquadram-se os municípios da Campanha Gaúcha com atividade pastoril dominante e com baixa densidade demográfica.

A segunda área compreende a zona da mata original, de ocupação mais recente, com atividade agrícola dominante e alta densidade demográfica. A criação de municípios foi realizada de modo muito mais acelerado. Essa área é caracterizada por possuir um número muito maior de municípios, mas com pequenas áreas territoriais, ocupando um terço da superfície do estado. Tendência que se seguiu até as últimas emancipações em 2000.

Historicamente essas características geraram municípios com grandes extensões territoriais nas áreas de campo, com um número pequeno de unidades político-administrativas. Essa dinâmica permaneceu inalterada até o advento da colonização não

portuguesa. Somente a partir de 1824, ocupando as áreas florestais, organizadas em muitos núcleos populacionais, surgiram os primeiros municípios frutos da colonização.

Na década de 1950, Bernardes (1963) evidenciou essas diferenças socioespaciais e de gêneros de vida, que se organizaram no Rio Grande do Sul. “Fazendeiros e colonos apossando-se progressivamente do território, foram, com certa distância cronológica, armando o arcabouço de duas diferentes estruturas econômico-social. Ainda hoje, são bem distintas as sociedades rurais” (BERNARDES, 1963, p. 3).

A dualidade social e geográfica dessas duas sociedades rurais, também, é muito evidente nos apontamentos de Pébayle (1975).

Até o início do século XX, os contatos entre os criadores luso-brasileiros dos campos e os policultores das florestas foram raros. Ou melhor, nada parecia anunciar então novos encontros entre essas duas sociedades rurais tão opostas por suas origens étnicas, por suas tradições culturais e suas mentalidades. [...] Esses homens [os estancieiros] rudes e fatigados das violentas técnicas de pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos do Prata, rejeitam maciçamente o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta [...] O colono era a antítese desses gaúchos das Campinas: era o homem da floresta, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o pequeno proprietário. (PEBAYLE, 1975, p. 3).

Portanto, as áreas florestais inicialmente desprezadas pela pecuária extensiva, tornaram-se territórios da reprodução camponesa para os imigrantes recém reterritorializados no Rio Grande do Sul. As colônias alemãs e italianas imprimiram no espaço agrário gaúcho uma nova racionalidade em relação à exploração da terra, pautada na policultura e na pequena propriedade familiar. Áreas de floresta atlântica transformaram-se em territórios camponeses por meio de projetos de colonização estatal e também privados. Em menos de um século, o eixo econômico gaúcho foi invertido e deslocou-se da região latifundiária para regiões alicerçadas na pequena propriedade familiar.

Nesse contexto, a produção socioespacial entre as áreas de estâncias, ao sul e, as de colônias ao norte, possibilitaram uma configuração territorial desigual no Rio Grande do Sul. Manteve-se, de um lado, um território latifundiário na Campanha e, por outro, uma territorialização da pequena propriedade camponesa policultora decorrente do intenso processo de colonização ítalo-germânica na região nordeste.

### **Campanha Gaúcha: características socioespaciais**

A paisagem da Campanha Gaúcha particulariza-se no contexto do Rio Grande do Sul. É formada por campos e relevo levemente ondulado, denominado regionalmente de coxilhas. Historicamente, a região, desenvolveu uma atividade socioeconômica alicerçada na pecuária de corte extensiva, com criatórios de bovinos e ovinos e, foi colonizada por militares luso-brasileiros, que possuíam a função de proteger e manter as fronteiras do Brasil meridional.

Sobre as potencialidades paisagísticas dessa região, Ab'Sáber (2003, p. 21-22) destaca:

Área de muitas designações: zonas das coxilhas, região das campinas meridionais, Campanha Gaúcha. E, até mesmo, de modo errôneo e puramente literário, e nitidamente por extensão, região dos Pampas. Área de 80 mil km quadrados, aproximadamente. Margem do domínio das pradarias pampeanas e, ao mesmo tempo, padrão bem individualizado de paisagem do subdomínio das pradarias mistas uruguaias, argentinas e sul-brasileiras. Área ecológica típica de zona temperada cálida, subúmida, sujeita a uma certa estiagem de fim de ano. É o domínio das colinas pluriconvexas, as quais a tradição convencionou chamar de coxilhas.

Essa paisagem é uma herança não só de processos fisiográficos e biológicos, mas também sociocultural, uma vez que grupos sociais historicamente apropriaram-se desse ambiente para sua reprodução, estabelecendo uma relação que perdura há três séculos.

A região é altamente beneficiada por cenários naturais. Trata-se, talvez, da mais bela área de colinas do território brasileiro. A Campanha é uma espécie de “país” de horizontes distendidos e desdobrados, a perder de vista na direção das fronteiras “castelhanas” do Uruguai e da Argentina. Destacam-se os tons verdáceos claros, em todos os planos e níveis da topografia de coxilhas. (AB' SÁBER, 2003, p. 22).

Até meados do século XIX, a Campanha correspondia em termos de ocupação territorial a área mais povoada do Rio Grande do Sul. A emergência de uma classe latifundiária pastoril ocorreu com a doação de sesmarias, organizados em estâncias. Outro momento importante foi a década de 1960, quando ocorreu a expansão da lavoura moderna, principalmente, do cultivo do arroz irrigado via modernização da agricultura, com parcelas do espaço latifundiário arrendados para a nova atividade. E, na década de 1990, a intensificação dos conflitos fundiários introduziram, na região, os sem-terra por meio de assentamentos rurais.

A sua herança latifundiária manteve rugosidades na organização do espaço, até o início do século XXI, quando ainda se verificam unidades político-administrativas com grandes extensões territoriais, contrastando com outras áreas do Rio Grande do Sul, principalmente, com as que sofreram forte influência da colonização não portuguesa alicerçada na pequena propriedade familiar.

Na Campanha, destacam-se alguns municípios, como Alegrete, Uruguaiana, Sant'Ana do Livramento, São Gabriel e Dom Pedrito, unidades territoriais que desde a sua criação em meados do século XIX não sofreram desmembramentos político-administrativos, exceto alguns casos isolados como Bagé, de onde desmembraram Hulha Negra e Aceguá; São Gabriel, dando origem a Santa Margarida do Sul; e Uruguaiana, dando origem a Barra do Quaraí, explicando, dessa forma, sua forte ligação com uma formação socioespacial alicerçada na hegemonia do latifúndio pastoril (Tabela 1).

Tabela 1 - Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense: municípios, área em km<sup>2</sup>, população urbana e rural, habitantes por km<sup>2</sup>, e data de criação.

<b>Microrregiões</b>	<b>Área/Km<sup>2</sup></b>	<b>Pop. total</b>	<b>Pop. rural</b>	<b>Hab./Km<sup>2</sup></b>	<b>Criação</b>
<b>Campanha Ocidental</b>					
Alegrete	7.804,0	84.338	9.246	10,7	1831
Barra do Quaraí	1.056,1	3.866	1.013	4,3	1995
Garruchos	779,8	3.676	2.485	4,5	1992
Itaqui	3.304,0	39.770	4.948	11,8	1858
Maçambará	1.682,8	5.035	3.866	3,3	1995
Manoel Viana	1.390,7	6.995	1.725	5,6	1992
Quaraí	3.147,6	24.002	1.942	8,0	1875
São Borja	3.616,0	64.869	7.592	17,9	1833
São Francisco de Assis	2.508,5	20.810	7.065	8,1	1884
Uruguaiana	5.751,8	126.936	8.380	23,3	1846
<b>Campanha Central</b>					
Rosário do Sul	4.369,7	41.058	4.804	9,3	1876
Santa Margarida do Sul	956,1	-	-	2,4	1996
Sant'Ana do Livramento	6.950,4	90.849	6.377	13,9	1857
São Gabriel	5.019,6	62.249	9.014	12,1	1846
<b>Campanha Meridional</b>					
Aceguá	1.549,5	-	-	3,0	1996
Bagé	4.095,5	118.747	21.478	29,3	1846
Dom Pedrito	5.192,1	40.357	4.606	8,0	1872
Hulha Negra	882,9	5.359	2.944	6,9	1992
Lavras do Sul	2.599,8	8.109	3.273	3,1	1882

Fonte: IBGE, (2000), FEEDADOS, (2007). Org.: CHELOTTI.M. C.2007.

Em função de ser uma região tradicionalmente de pecuária de corte, sua população é bastante rarefeita. Em relação à densidade populacional (hab/km<sup>2</sup>), possui os índices mais baixos do estado, principalmente na zona rural, chegando à cifra de menos de 1 hab/km<sup>2</sup>, ou seja, quase um vazio demográfico.

Valverde (1985) referindo-se ao desenvolvimento da pecuária no Brasil, principalmente, nas áreas tradicionais destaca que em função dos seus moldes extensivos e à imensa área por ela ocupada, as fazendas de gado são as principais responsáveis pela população rarefeita e pela predominância dos latifúndios na estrutura fundiária brasileira.

No que se refere à população total, somente dois municípios possuem mais de 100 mil habitantes, Bagé e Uruguaiana, mas as outras municipalidades possuem alto índice de urbanização, exceto os municípios recentemente emancipados, como Barra do Quaraí, Garruchos, Maçambará, e Hulha Negra.

Nilo Bernardes (1997), discutindo as bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul na década de 1950, já apontava que os municípios do sudoeste gaúcho possuíam uma população predominantemente urbana, tendo em vista, que seu modo de produção pastoril estancieiro não comportava muitas pessoas e, os frigoríficos instalados nas cidades da região necessitavam de mão-de-obra para suas atividades industriais.

A expansão da lavoura moderna na década de 1960 exigiu uma mão-de-obra não existente na região. Isso intensificou o fluxo migratório de pessoas, principalmente, das antigas áreas coloniais, não significando uma mudança estrutural no contingente da população rural, que historicamente sempre foi rarefeito.

Na década de 1990, a Campanha Gaúcha passou por um processo de reestruturação em sua base econômica, acirrando as disparidades socioeconômicas no território gaúcho. A crise que afetou esse espaço regional foi marcada pela abertura dos mercados e expansão da fronteira agrícola para outras regiões do país, afetando diretamente o modelo econômico regional organizado nas grandes propriedades rurais e na produção de bens primários para outras regiões do país.

De acordo com o relatório do Plano de Reestruturação Econômica (1997), esse espaço regional, inserido na região fronteira com o Uruguai e Argentina, sofreu ao longo das últimas décadas, principalmente, a partir de meados da década de 1980, um

profundo processo de perda de dinamismo econômico, resultado das dificuldades de inserção nos ciclos de expansão da economia brasileira. Há mais de meio século, portanto, a região que já foi palco de empreendimentos pioneiros no estado defronta-se com dificuldades para seu desenvolvimento econômico e social.

Fatores como a descapitalização da pecuária de corte ao longo dos anos, e a situação desfavorável da produção do arroz irrigado em relação ao Mercosul favoreceram a desaceleração da economia regional, repercutindo diretamente nos índices de qualidade de vida de sua população. Ao observar o Idese, que é o somatório dos índices de educação, renda, saneamento e saúde, os municípios da Campanha Gaúcha, somente aparecem a partir da 49 colocação no contexto do Rio Grande do Sul. Destaca-se que internamente, também, existe uma disparidade entre seus municípios no que se refere a tais índices, o que indicaria a baixa qualidade de vida da maior parte de sua população.

O Rio Grande do Sul possuía no ano de 2003, 496 municípios, sendo que 19 desses fazem parte do sudoeste gaúcho. Ao observarmos a colocação desses municípios no contexto do estado, apenas cinco encontravam-se abaixo da 100 colocação e os demais, acima; muitos, próximos aos últimos lugares.

Schneider e Fialho (2001), em estudo sobre o desenvolvimento agrário e as desigualdades regionais, afirmam existir dois tipos de pobreza rural Rio Grande do Sul, uma denominada de “pobreza histórico-estrutural” e outra, de “pobreza colonial”.

Nesse contexto, os municípios da Campanha Gaúcha enquadram-se na categoria de pobreza histórico-estrutural, sendo a mais intensa e está relacionada à concentração fundiária e às formas de ocupação em que predomina o assalariamento. Os municípios incluídos nessa categoria possuem os piores índices de desenvolvimento social e de qualidade de vida do estado.

Portanto, a formação socioespacial da região está historicamente associada à doação de sesmarias como estratégia de consolidação das fronteiras do Brasil meridional, pois com a formação das estâncias emergiu uma classe latifundiária pastoril. Na década de 1970, o espaço agrário reestruturou-se via inserção da lavoura moderna, principalmente, devido à expansão dos cultivos de arroz e soja. Ao entrar a década de 1990, o espaço regional passou por significativas transformações na medida em que

ocorreu a penetração do MST na região e dezenas de assentamentos rurais foram instalados em antigas estâncias.

## **Dinâmica Regional da Agropecuária no pós 1990**

### **A pecuária de corte**

Como vimos em itens anteriores, a presença do gado bovino na região remonta o século XVI, sendo introduzido pelos padres jesuítas com a formação das estâncias, passando pelo ciclo do couro, do charque, melhoramento dos rebanhos, indústria frigorífica. A atividade pastoril, embora desenvolvida nas vastas pradarias do pampa (argentino, uruguaio, e rio-grandense), somente se equiparou, em termos de modernidade, aos vizinhos platinos na década de 1990.

A vida da estância rio-grandense assemelha-se a dos estabelecimentos de criação extensiva do Uruguai e da Argentina. Nelas o abstencionismo do proprietário é cada vez mais acentuado. Substituído por um gerente, denominado de “capataz”, o dono da estância vive frequentemente na cidade onde possui casa confortável e por vezes exerce outra atividade (comércio, escritório de venda de gado). (PÉBAYLE, 1968, p. 24).

A Campanha Gaúcha consolidou-se como a principal área de pecuária de corte do Rio Grande do Sul, sendo seus principais rebanhos, os bovinos e ovinos. Historicamente desenvolvida de maneira extensiva, com relações de produção centenárias. Mas, o período correspondente à década de 1960 marca uma nova reestruturação no espaço agrário gaúcho com o avanço da modernização, mas atingindo somente a agricultura e não a pecuária, modificando assim, as relações de produção até então vigentes no campo, onde áreas de lavouras avançaram sobre áreas de pecuária tradicional.

As figuras clássicas do estancieiro e do peão gaúcho pouco se modificaram no decorrer dos últimos 300 anos [...] Até hoje, o criador gaúcho em quase nada alterou a paisagem natural [...] O gado das raças inglesas criado na Campanha alcança, em média, um peso muito superior ao do Brasil tropical [...] Não se deve concluir daí, apressadamente, que sistemas pastoris intensivos tenham sido adotados na Campanha. Perdura ainda o pastoreio permanente em pastos brutos, muitas vezes misturados os bovinos com carneiros. O pessoal empregado, numa estância reflete bem como são extensivas as técnicas: 1 a 2 peões cuidam o gado de uma fazenda de criação com 1.000 hectares! (VALVERDE, 1985, p. 209).

Embora a introdução de raças européias já ocorresse desde o início do século XX, principalmente por influência da pecuária platina, provocando uma melhora significativa na genética dos bovinos, os manejos dos rebanhos e dos campos permaneciam quase inalterados, reproduzindo um sistema de produção tradicional. A modernização da pecuária somente ocorreu na década de 1990, principalmente associada às cabanhas.

Para Fontoura (2003), o processo de modernização estimula a lavoura e não a pecuária bovina. Portanto, não há, até a década de noventa, um salto qualitativo no sistema de produção pecuário bovino no Rio Grande do Sul. A partir de então, algumas empresas e filhos de estancieiros com formação acadêmica, começaram a introduzir um novo sistema de gerenciamento, representando uma mudança de paradigma na produção pecuária.

Com um rebanho geneticamente melhorado, a pecuária regional obteve um salto qualitativo, mas encontrando estrangulamento no tempo de abate, ou seja, em torno de quatro anos. As novas exigências do mercado são de carnes mais precoces. Há, pois, necessidades como diminuição no tempo de abate para menos de dois anos, melhoria dos campos nativos, consorciada com a lavoura empresarial. Por isso, a integração lavoura moderna-pecuária se consolidou cada vez mais na região. Após a colheita do arroz nas várzeas e da soja nas coxilhas, intensificou-se o cultivo de forrageiras nas restevas, garantindo uma alimentação de qualidade no período de inverno, pois com as geadas, os campos nativos ficavam danificados.

Foutoura (2004) destaca a mudança de ritmo e racionalidade na pecuária da Campanha Gaúcha, onde as decisões tomadas no campo passaram a considerar interesses de atores sociais da cidade, como a indústria, varejo e associações de produtores. Portanto, o epicentro das decisões está na cidade, não mais no campo. Assim, as cidades que são circundadas por zonas rurais tecnologicamente mais avançadas passaram a prestar serviços especializados e as sedes urbanas circundadas por atividades tradicionais tendem a refletir o ritmo e a racionalidade da produção predominante, diferenciando-se do modelo urbano-industrial.

Um exemplo do processo de consolidação da modernização da pecuária de corte gaúcha foi a criação da Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (APROPAMPA) na década de 1990, formada por produtores

rurais, indústria frigorífica, varejo e outros agentes ligados à cadeia da bovinocultura de corte, cujo principal objetivo é a preservação e proteção da Indicação Geográfica da carne, couro e derivados do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional.

A carne do Pampa gaúcho, desenvolvida em 1.293.500 hectares e pertencentes a 13 municípios dessa região foi a primeira a receber Indicação Geográfica em todo continente americano. Com essa indicação, a Campanha Gaúcha consolidou-se como uma região produtora de carne para determinados nichos de mercado. Portanto, fatores como tradição, ambiente preservado, rebanho de qualidade, criados em pastagens naturais e/ou melhoradas, com qualidade de solo e botânica bem delimitada, tornaram-se, além de um discurso, uma meta para esta associação.

Na década de 1990, o rebanho de bovinos da região chegou próximo a cinco milhões de cabeças, como maior destaque para a Campanha Ocidental, com aproximadamente 2 milhões de cabeças, seguida pela Campanha Central com 1 milhão e 300 mil cabeças e pela Campanha Meridional com 1 milhão de cabeças (Gráfico 1).

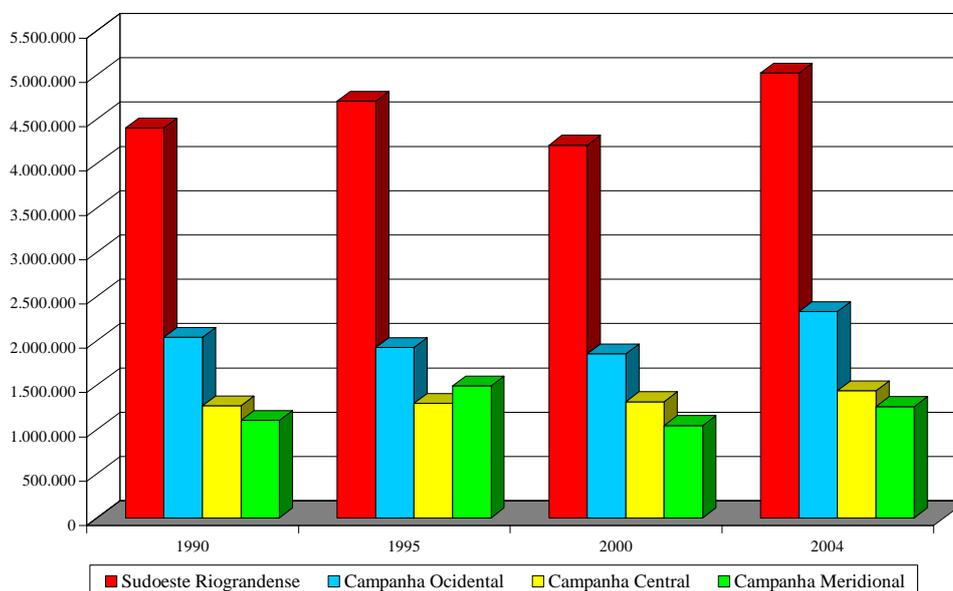


Gráfico 1 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: efetivo de bovinos por microrregião no período de 1990-2004. Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE)  
Org.: CHELOTTI. M. C.2007.

O segundo maior rebanho em importância criado da Campanha Gaúcha é o da ovinocultura que, inicialmente, foi influenciado pela demanda internacional de lã,

principalmente, nos mercados europeu e norte-americano. Em função do seu desempenho produtivo, fundou-se, em 1942, a Associação Rio-grandense de Criadores de Ovinos, que mais tarde transformou-se na Associação Brasileira de Criadores de Ovinos, responsável por programas de melhoramento genético dos ovinos, principalmente do rebanho gaúcho.

O Rio Grande do Sul chegou a deter mais de 50 % do número de cabeças de ovinos no Brasil. No entanto, o início dos anos 1990 foi marcado por uma crise mundial no mercado da lã, desestruturando a cadeia produtiva da lã. A desestruturação da cadeia produtiva provocou o fechamento de grandes e tradicionais cooperativas de produtores de lã.

No início da década de 1990, a Campanha Gaúcha possuía cerca de 6 milhões de cabeças de ovinos, declinando para menos de 2.500 milhões no ano de 2004. A Campanha Ocidental historicamente concentrou os maiores rebanhos, destacando-se os municípios de Alegrete e Uruguaiana; intercalando com a Campanha Central e Meridional, com destaques para os municípios de Sant’Ana do Livramento e Bagé (Gráfico 2).

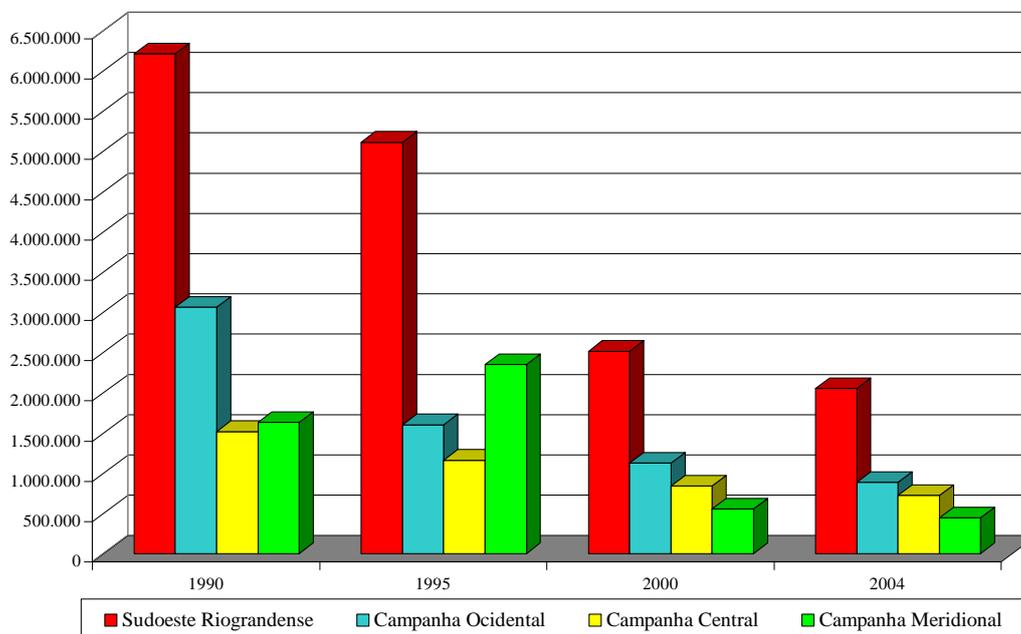


Gráfico 2 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: efetivo de ovinos por microrregião no período de 1990-2004. Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE)

Org.: CHELOTTI.M. C.2007.

Apesar da expressiva diminuição no número de ovinos ocorrida na década de 1990, alguns indicadores apontam uma tendência de estabilização, principalmente, com a introdução de raças que conciliem a produção de lã e carne, numa tímida reorganização de sua cadeia produtiva. A demanda por carne de ovinos nos últimos anos, principalmente, nos grandes centros urbanos, é uma esperança para reverter o quadro de declínio da atividade na região.

O terceiro maior rebanho encontrado na região é de eqüinos, próximo a 200 mil cabeças. Existem dois fatores fundamentais que explicam sua expressividade na região: primeiro é a sua utilização nas atividades pastoris da estância e, em segundo lugar, a existência de vários haras dedicados à criação do cavalo crioulo, principalmente, nas proximidades do município de Bagé, o que explica a sua concentração na Campanha Meridional (Gráfico 3).

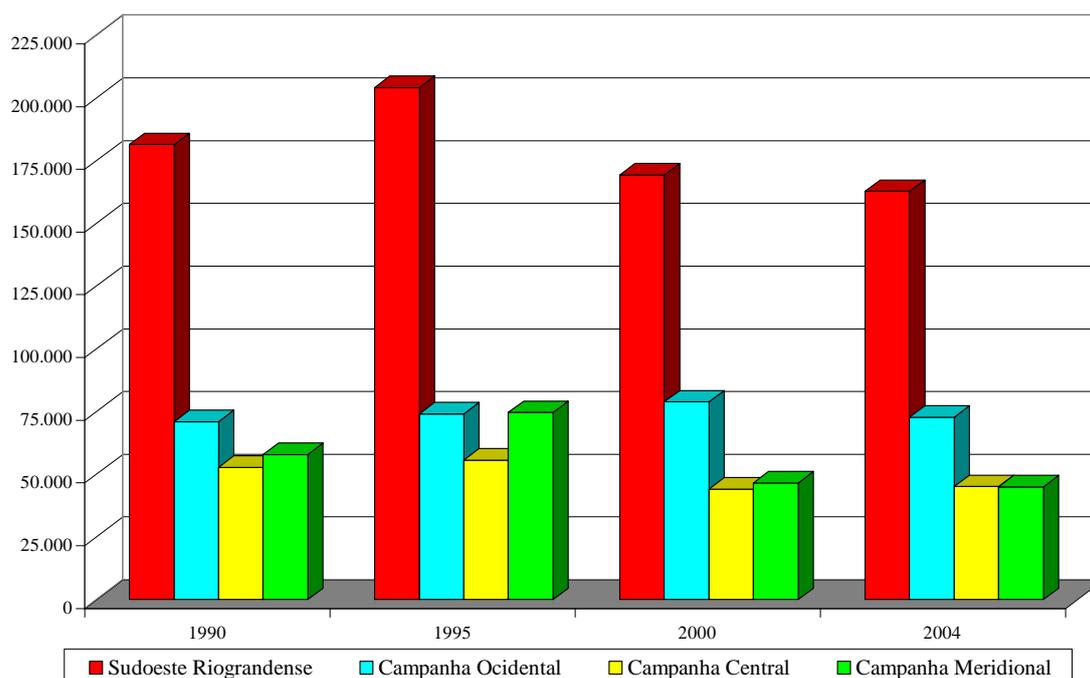


Gráfico 3 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: efetivo de eqüinos por microrregião no período de 1990-2004. Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE)  
Org.: CHELOTTI.M. C.2007.

A região é referência na América do Sul em relação à criação de cavalos crioulos, dadas as características de solo, pastagem e clima que possibilitaram o

desenvolvimento de animais rústicos e de alta qualidade, adaptados às características regionais do pampa, tanto em relação ao ambiente como das atividades pastoris.

### **O cultivo de lavouras comerciais**

A agricultura historicamente ocupou papel secundário nas estâncias gaúchas, sendo apenas desenvolvida para a subsistência, pois a principal atividade era a pecuária de corte. Embora tímidas, ocorreram tentativas de desenvolver a agricultura, principalmente de trigo, mas somente na década de 1950, quando foram criadas colônias agrícolas em pequenas propriedades com descendentes de russos no interior do município de Bagé.

[...] o aparecimento na Campanha de um novo ocupante: o lavrador, acentuou ainda mais o abandono do estancieiro em relação à agricultura e, ao mesmo tempo, contribuiu para alimentar os armazéns das cidades. Estes agricultores, muitas vezes vindo do exterior, estão em vias de operar uma lenta revolução na economia da região. Quase espontaneamente, um equilíbrio tende a estabelecer-se na vida rural da Campanha pois, ao lado da pecuária, o complemento agrícola aparece sob a forma de três tipos de exploração: as chácaras, as granjas e as colônias. (PÉBAYLE, 1968, p. 26-27).

A tentativa de cultivar trigo na região não perdurou por muito tempo. Fatores como fungos, pestes e concorrência internacional fizeram com que os colonos se dedicassem à pecuária leiteira, em detrimento da agricultura. A produção do leite representou um novo momento para a economia regional, em função da nova racionalidade introduzida.

A principal lavoura capaz de (re) organizar o espaço agrário regional foi a rizícola, que se expandiu a partir da década de 1950; tornou-se em poucos anos a principal lavoura de verão, dividindo espaços com a pecuária tradicional.

Destaca-se que, inicialmente, a lavoura gaúcha de arroz irrigado começou a ser cultivada na região central e proximidades da Lagoa dos Patos, devido à existência de recursos naturais favoráveis para seu cultivo, associado ao interesse de parcela da classe latifundiária regional com fortes ligações com interesses urbanos.

Em 1906, instala-se em Cachoeira do Sul a primeira lavoura irrigada com levante mecânico [...]. Foi organizada por um grande proprietário fundiário, criador de gado e advogado, em sociedade com um comerciante e advogado além de outro comerciante, sendo esta lavoura junto com as de Pelotas consideradas o marco da agricultura capitalista no Rio Grande do Sul onde

começa verdadeiramente a história da grande orizicultura no Rio Grande do Sul. (BESKOW, 1986, p. 44).

Os primeiros grandes investimentos na produção de arroz irrigado estiveram associados a certo nível de concentração de capital oriundo de uma pecuária que exportava charque para outras regiões. A lavoura orizícola baseada na produção para o mercado, esteve altamente associada à pecuária. Estas duas atividades econômicas começaram a dividir espaços e constituíram uma nova forma de exploração da terra. Assim, durante os períodos de crise da pecuária, uma das alternativas era arrendar parcelas desta terra para os orizicultores.

A expansão da lavoura rizícola irrigada na Campanha Gaúcha deu-se em função do esgotamento das terras nas áreas tradicionais de cultivo nas proximidades dos municípios de Cachoeira do Sul e de Pelotas, associada ao avanço do processo de modernização da agricultura. Outro fator importante para essa expansão foi a demanda de gêneros alimentícios por um país que, cada vez mais, se industrializava e, conseqüentemente se urbanizava.

No entanto, outras lavouras, mas em menor escala, passaram a ser cultivadas na região como a do trigo e da soja, claramente influenciadas pelas políticas públicas de financiamento e crédito rural, que visavam à expansão da economia brasileira.

Um dos fatores que afetam diretamente a cadeia produtiva do arroz irrigado gaúcho é a concorrência de países membros do Mercosul, uma vez que, tanto a Argentina como o Uruguai são grandes produtores de arroz irrigado. Os rizicultores desses países, em sua maioria, são brasileiros que migraram em busca das políticas de incentivo e acesso a terras mais baratas, com custos de produção bem abaixo dos praticados no Rio Grande do Sul.

A região do Centro-Oeste vem se configurando como uma área de atração para a produção de arroz. A presença de agricultores gaúchos tem se acentuado no Centro-Oeste, para dedicarem-se à produção de soja e criação de bovinos e, também ao cultivo do arroz. Outro fator que compete diretamente com o arroz gaúcho é o crescente incentivo à pesquisa do arroz de sequeiro ou arroz de terras altas cultivados, sobretudo nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Apesar dessa concorrência com os países do Mercosul e da expansão da fronteira agrícola para o centro-oeste brasileiro, verificaram-se acréscimos nas áreas

cultivadas com arroz irrigado, exceto no ano de 1990 quando ocorreu uma grande estiagem no Rio Grande do Sul, diminuindo, conseqüentemente, as áreas cultivadas.

A área cultivada na Campanha Gaúcha manteve-se acima dos 370.000 hectares, com maior destaque para a Microrregião da Campanha Ocidental que detém as maiores áreas cultivadas, acima de 250.000 hectares, seguida pelas Microrregiões da Campanha Central e Meridional, cada uma cultivando em torno de 50.000 hectares de arroz irrigado (Gráfico 4). Destaca-se que em função dos seus altos custos de produção e preços insatisfatórios, a lavoura do arroz irrigado, nos últimos anos, vem perdendo espaço para a sojicultura.

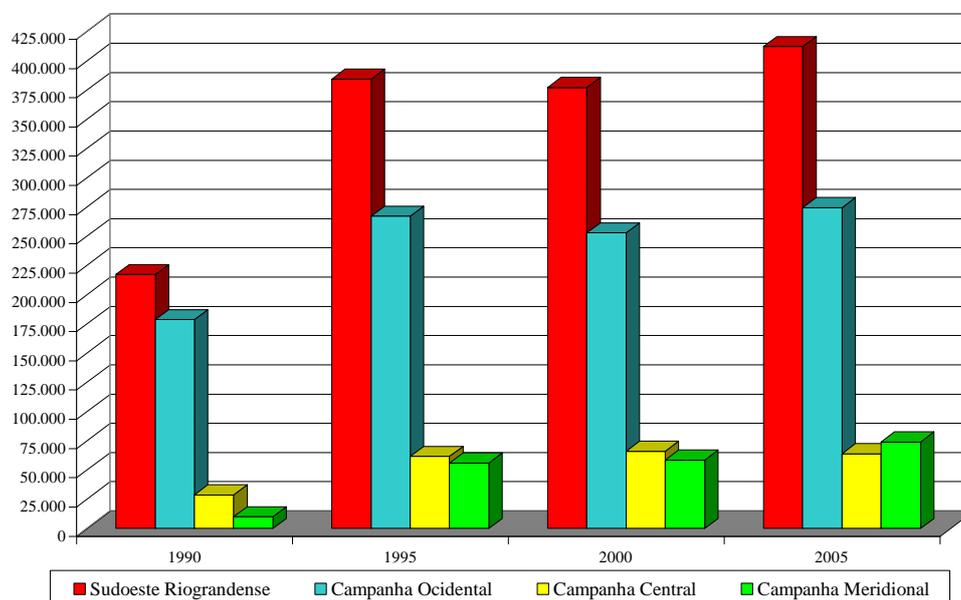


Gráfico 4 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: área cultivada com arroz por microrregião no período de 1990-2005. Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE)  
Org.: CHELOTTI.M. C.2007.

Para Brum (1988), foi a partir da década de 1970 que a lavoura empresarial gaúcha apresentou um crescimento realmente surpreendente, pois tanto o arroz, como o trigo e a soja constituíram-se na frente de expansão capitalista no estado. A mecanização da lavoura foi introduzida através do cultivo do arroz. Entretanto, foi a triticultura que efetivou a consolidação da modernização agrícola, inclusive, lançando bases para a lavoura empresarial, ou seja, a triticultura mecanizada comandou o processo de mecanização, que teve início no Planalto Gaúcho e se difundiu para as demais regiões.

No Rio Grande do Sul, as lavouras de arroz e soja historicamente ocuparam diferentes espaços, sendo a primeira largamente cultivada na Campanha Gaúcha e a segunda, no Planalto gaúcho. Mas, nos últimos anos, a soja tem se expandido para áreas tradicionais de produção de arroz, em função de sua lucratividade apresentar-se em alta em relação ao arroz irrigado.

Assim, observa-se também, embora isoladamente, que municípios localizados no Campanha Gaúcha têm expressão quanto à produção de soja, podendo-se destacar São Borja, São Gabriel e Dom Pedrito. Acredita-se que o preço no mercado internacional tem provocado a expansão do cultivo de soja para regiões tradicionalmente produtoras de arroz, bem como a existência de grandes áreas de campo com alto potencial de exploração para tal cultivo.

Portanto, a soja é a segunda lavoura de verão mais cultivada na Campanha Gaúcha, mas sua área de cultivo oscila muito em função do mercado internacional. No entanto, na década de 1990, apresentou-se como uma cultura em franca expansão na região, atingindo, no ano de 2005, mais de 370.000 hectares cultivados. Dentre as microrregiões com maiores áreas cultivadas, destacam-se a Campanha Ocidental, seguida da Campanha Central e, por fim, a Campanha Meridional (Gráfico 5).

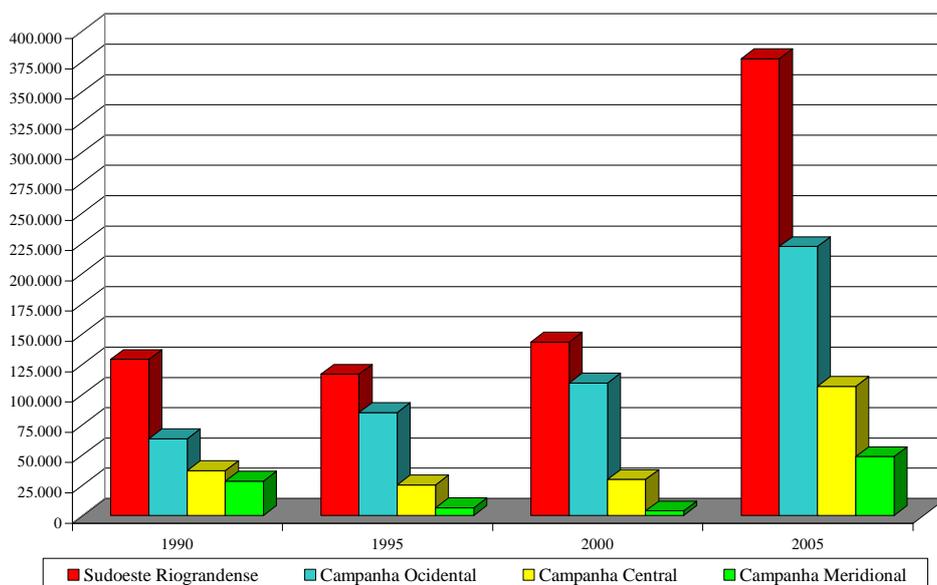


Gráfico 5 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: área cultivada com soja por microrregião no período de 1990-2005.

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE). Org.: CHELOTTI.M. C.2007.

A soja também desempenha um importante papel no consórcio *agricultura-pecuária*, cada vez mais difundido na região, pois sendo cultivada nas coxilhas, após a colheita, essas áreas são destinadas ao cultivo das pastagens, suprimindo de alimentos os bovinos de corte durante os meses de inverno.

Com isso, não ocorre uma efetiva competição entre áreas destinadas à rizicultura e à sojicultura, pois essa é cultivada em áreas anteriormente ocupadas pela pecuária de corte, e não pela lavoura rizícola. Assim, não podemos mais considerar a Campanha Gaúcha como território exclusivo da lavoura rizícola, uma vez que a soja, nos últimos anos, avançou significativamente na região.

Embora ocupando menores áreas cultivadas, encontram-se na região lavouras de sorgo, trigo e milho, mas não ocupando significativas áreas, como o arroz irrigado e a soja. Portanto, se na década de 1960 a penetração da lavoura moderna foi responsável pelos novos arranjos no espaço agrário regional, colocando o latifúndio pastoril cada vez mais numa posição periférica dentro do sistema produtivo gaúcho, no decorrer da década de 1990, foram os sem-terra os novos personagens que entraram em cena, principalmente, com reivindicações em prol da democratização da terra promovida pelo MST.

### **Considerações**

A Campanha historicamente configurou-se como o *locus* do espaço latifundiário gaúcho, pela presença de grandes propriedades rurais que se dedicam à criação de bovinos e ovinos, apresentando altos índices de concentração da posse da terra. A típica paisagem da Campanha Gaúcha sofreu significativas alterações devido à expansão da lavoura empresarial. Após a década de 1950, terras vinculadas à pecuária tradicional cederam espaços para a lavoura do arroz irrigado e da soja, via prática do arrendamento capitalista da terra, processo esse denominado de “despecuarização espacial”.

Na década de 1990 a Campanha Gaúcha caracterizou-se como uma região periférica no contexto da economia gaúcha. Enraizada numa tradição agropastoril teve dificuldades de inserção na economia nacional, permanecendo enquanto região de crescimento lento. No âmbito produtivo, especializou-se em alguns produtos agropecuários, dentre eles, o arroz irrigado e a pecuária de corte, caracterizados pelo alto grau de tecnologia empregado em seu sistema produtivo. Embora não represente o

centro dinâmico da economia gaúcha, a região encontra-se inserida nas teias da modernidade enquanto região produtora alimentos.

### Referências

AB'SÁBER, A. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BESKOW, P. R. **O arrendamento Capitalista na Agricultura: Evolução e Situação Atual da Economia do Arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BEZZI, M.L. **São Borja Transformações no Espaço Agropecuário: O processo de Despecuarização**. 1985, 180f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1985.

BERNARDES, N. Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul: os fatores culturais e a dualidade econômico-social. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n 172. p. 3-13, jan/fev. 1963.

\_\_\_\_ **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. (Coleção Ciências Sociais).

BRUM, A J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. 2003, 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2003.

\_\_\_\_ ; PESSÔA, V. L. S As contribuições de Raymond Pébayle para compreender a formação do espaço agrário gaúcho: os difíceis encontros ainda estão acontecendo... In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006, p. 1-25.

\_\_\_\_ **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009, 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

FONTOURA, L. F. M. O desenvolvimento da Metade Sul e a pecuária. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA: MÚLTIPLAS QUESTÕES DA QUESTÃO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL, 22, 2003, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: AGB, 2003. p. 89-92.

\_\_\_\_ A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, R., BASSO, L. A., SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.) **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 233-246.

HAERBAERT, R. **RS: Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Censo demográfico de 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm). > Acesso em: 15 out. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Contagem da população de 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/default.shtm>. > Acesso em: 15 out. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pamclo/default.shtm>. > Acesso em: 15 jul. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Produção Pecuária Municipal (PAM). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/default.shtm>. > Acesso em: 15 jul. 2007.

LA SALVIA, F.; HANDSCHUNCH, H. S. B. Processo de colonização no Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 17, p. 3-19, jan/dez. 1974.

LA SALVIA, F.; MARODIN, E. Evolução municipal: uma análise geográfica. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 19, p. 3-27, jan.out. 1976.

PÉBAYLE, R. A vida rural na Campanha Rio-Grandense. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 207, p.18-32, 1968.

\_\_\_\_\_. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do RS**. Porto Alegre, n.18, p.35-45, jan/dez. 1975. p. 19-68.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

SCHNIEDER, S.; FIALHO, M. A. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, n.15, p. 1-18, 2001.

SOUZA FILHO, F. R. de . As transformações no Espaço Agrário “Sul – Rio – Grandense” pós 60. Porto Alegre. **Cadernos de Sociologia** – nº especial, p.74-94. Out/1994.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. In: \_\_\_\_\_ **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 193-260.

VIEIRA, E. F., RANGEL, S.S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul: espacialidade/temporalidade na organização econômica rio-grandense**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993.